

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 10 de abril de 2025

edição 1.769

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Securitização da CDE Eletrobras](#) | [CMSE](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

ÁREA TÉCNICA DO TCU DIZ QUE NÃO HOUE IRREGULARIDADE NA SECURITIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

A área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) entendeu que não houve irregularidade na operação de securitização da CDE Eletrobras, realizada em 2024, para quitação antecipada das contas Covid e de Escassez Hídrica, pagas nas tarifas de energia. O exame técnico não identificou conduta irregular na escolha dos agentes financeiros ou com benefício econômico ao consumidor menor que o estimado inicialmente.

Um parecer de instrução da SecexEnergia (Secretaria de Controle Externo de Energia), ao qual a **Agência iNFRA** teve acesso, recomendou arquivar o processo e julgar improcedente a representação feita pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), que havia solicitado apuração de possível erro grosseiro pelo MME (Ministério de Minas e Energia).

O processo ainda aguarda manifestação do MP-TCU (Ministério Público junto ao TCU) e o voto do relator, ministro Jhonatan de Jesus, para ser pautado em plenário.

Benefício ao consumidor

Um dos principais pontos analisados pela área técnica foi quanto ao benefício ao consumidor com a operação. Segundo a área técnica, de fato, houve erro no cálculo do benefício na primeira estimativa, quando foi inicialmente estabelecido em aproximadamente R\$ 510 milhões, depois revisto para R\$ 2,9 milhões e, por fim, R\$ 46,5 milhões.

No entanto, o parecer afirma que “tal erro não mudaria a decisão quanto a antecipar-se ou não a quitação das respectivas contas, pois bastaria que o benefício ao consumidor fosse superior a zero para que a situação com a antecipação fosse mais benéfica”.

Isso porque a Portaria 1/2024, que reforça as exigências da MP 1.212/2024, a qual autorizou a securitização, destaca que, para caracterizar benefício ao consumidor, bastaria que o VPL (Valor Presente Líquido) da antecipação fosse superior ao sem a operação.

Os cálculos realizados para a análise da securitização consideraram que o VPL sem a antecipação, levando em conta a aplicação de taxa de desconto fixada nos empréstimos realizados pelas contas emergenciais, seria de R\$ 493,3 milhões. Já o VPL de antecipar a quitação das contas Covid e Escassez Hídrica equivale a R\$ 539,76 milhões.

Waiver fee

A SecexEnergia afirmou ainda que não é apropriado comparar o valor do benefício ao consumidor com o custo financeiro de R\$ 285 milhões da operação a título de waiver fee (taxa) às instituições financeiras, entendendo que a securitização “mostrou-se mais vantajosa mesmo com o pagamento” dessa remuneração.

Ainda, os técnicos avaliam que mesmo com o pagamento do waiver fee, a antecipação da quitação das contas supera economicamente a não antecipação.

Escolha de agentes

O parecer descreve que a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) recebeu duas propostas para a operação, a primeira apresentada por consórcio formado por Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Bradesco BBI, BTG Pactual e Banco Santander; e uma segunda apresentada conjuntamente pela XP Investimentos, Banco Bocom, Banco Safra e Banco ABC Brasil.

A CCEE, então, calculou os valores de benefícios ao consumidor de R\$ 510 milhões para a primeira proposta e de R\$ 576 milhões para a segunda. No entanto, após avaliação jurídica das ofertas, a câmara entendeu que a segunda proposta demandaria a assinatura de contrato de cessão fora da vigência da MP 1.212/2024, em função do formato proposto pelos agentes financeiros.

Por esse fato, a CCEE optou por contratar a primeira, afirmando que a segunda proposição poderia trazer risco jurídico à operação. Segundo o exame técnico do TCU, porém, isso não representou irregularidade na condução do processo.

“Erro grosseiro”

A dúvida quanto ao benefício do processo de securitização foi levantada pelo diretor da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) Fernando Mosna, relator do processo na agência. Ele avaliou que o despacho do secretário de Energia Elétrica, Gentil Nogueira, autorizou a operação sem o efetivo benefício econômico ao consumidor e com “aparente erro grosseiro e falha na execução das atribuições do secretário”.

A sugestão de Mosna para encaminhar o processo para análise do TCU não foi acatada pelo colegiado da agência, no entanto ensejou representações à corte pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) e pelo subprocurador-geral do MP-TCU, Lucas Furtado.

CMSE DETERMINA QUE ONS APRESENTE ESTUDO PARA AUMENTAR APROVEITAMENTO DE GERAÇÃO RENOVÁVEL

da Agência iNFRA

O CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) determinou nesta quarta-feira (9) que o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) apresente até junho estudos para permitir maior escoamento de energia entre os subsistemas. O objetivo é avaliar a relação risco-retorno de critérios que permitam o maior aproveitamento da geração renovável do Nordeste.

Segundo o comunicado do MME (Ministério de Minas e Energia), esses critérios para usinas eólicas e solares seriam adotados em caráter excepcional e temporário, visando a alcançar reflexos positivos no armazenamento dos reservatórios e no atendimento da demanda máxima.

Aversão ao risco

O Comitê também aprovou abertura de consulta pública, por 15 dias, para avaliar critérios e alterações no nível de aversão ao risco no cálculo do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Tal critério é adotado nos modelos computacionais utilizados para avaliar os cenários de hidrologia e que influenciam na formação de preços do setor.



Não publicado - Até o fechamento desta edição, não foram publicadas as seções 1, 2 e 3 do Diário Oficial da União de hoje (10). Caso sejam disponibilizados, os atos relevantes serão informados pelo Alerta da Agência iNFRA ou na próxima edição do boletim.

i | AGENDA

Lula - O presidente da República não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (10) até o fechamento desta edição.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia participa da abertura do Fórum Brasileiro de Líderes Energia Elétrica, no Hotel Fairmont, no Rio de Janeiro (RJ), às 9h.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda participa, às 10h, por videoconferência, de reunião extraordinária do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Câmara - A Câmara dos Deputados realiza, às 9h, sessão deliberativa. Acesse a pauta [neste link](#).

Senado - O Senado Federal realiza, às 11h, sessão deliberativa extraordinária. Acesse a pauta [neste link](#).

Fórum de Líderes em Energia - Parte da programação do Latam Energy Week, a abertura do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia será realizada às 9h, no Fairmont Copacabana, no Rio de Janeiro. O evento, que vai até sexta-feira (11), tem a participação prevista do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; do diretor-geral da ANEEL, Sandoval Feitosa; entre outras autoridades e CEOs de empresas do setor. Saiba mais [neste link](#).

Mercado Livre Absolar - A Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) realiza, às 10h, evento sobre a abertura do mercado livre e oportunidades com a fonte solar. O encontro será no Teatro B32, em São Paulo. Saiba mais [neste link](#).

i | MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Câmara dos Deputados

- **Estabelece competência privativa à Câmara dos Deputados relativa à fiscalização das atividades das agências reguladoras:** A proposta foi recebida pela CCJC (Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania).

- **Dispõe sobre realização obrigatória de laudo técnico estrutural para implantação de placas solares nas edificações constituídas por unidades autônomas:** O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) foi designado relator da proposta na CDU (Comissão de Desenvolvimento Urbano).

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Câmara dos Deputados

- Susta trechos de portaria e de resolução que restringem o uso de óleo diesel como combustível em veículos automotores de passageiros.

- Cria programa de auxílio aos proprietários de veículos movidos a diesel, Programa Diesel Justo.

- Requer do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informações sobre o Avanço no Mercado Livre de Gás Natural na Região Norte - Contrato Pioneiro no Amazonas



Amazonas Energia - A CI (Comissão de Infraestrutura), do Senado, solicitou informações à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) quanto a um possível acordo relacionado à transferência de controle da Amazonas Energia para a Âmbar. O autor do [requerimento](#), aprovado nesta terça-feira (9), é o presidente do colegiado, senador Marcos Rogério (PL-RO).

CME convida ministro - A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (9) convites ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e à presidente da Petrobras, Magda Chambriard, para comparecer à comissão. Também foram aprovadas audiências públicas sobre a concessão da Enel no Rio de Janeiro, as obras da usina de Angra 3 e a distribuição de energia no Amazonas.

Plano de expansão de energia - O Ministério de Minas e Energia publicou, nesta quarta-feira (9), o PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia) de 2023. A proposta tem um planejamento detalhado para subsidiar a trajetória de transição energética do Brasil pelos próximos dez anos, ou seja, de 2025 a 2034. Saiba mais [neste link](#).

Eletrobras - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou que a Eletrobras realize melhorias no seu sistema de transmissão de energia, com foco na modernização do elo em corrente contínua entre Itaipu (PR) e Ibiúna (SP). A medida estabelece aumento de R\$ 47,6 milhões na RAP (Receita Anual Permitida) da companhia. O valor total dos investimentos autorizados para a execução dessas melhorias é de R\$ 290,4 milhões.

Cabos de energia elétrica - O Senado aprovou, nesta quarta-feira (9), o [PL 4.872/2024](#), que aumenta as penas para o furto de cabos de energia elétrica. Por ter sofrido alterações pelos senadores, a proposta retorna à Câmara para nova análise.

Usina térmica de Brasília - A Cmaps (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) aprovou, nesta terça-feira (9), [requerimento](#) para a realização de seminário a fim de debater a instalação da Usina Termelétrica de Brasília e seus impactos socioambientais no Distrito Federal.

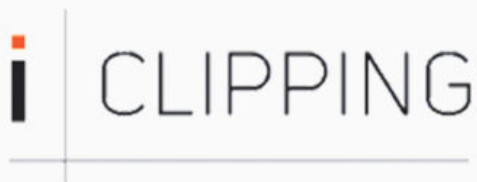
Leilões internacionais - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) publicou uma análise dos leilões internacionais de blocos exploratórios de petróleo e gás que aconteceram em 2024 e os previstos para este ano. O documento ainda analisa a conjuntura do setor e as perspectivas de futuro. Saiba mais [neste link](#).

Sandbox da Energisa - O Grupo Energisa anunciou a extensão, a partir deste mês, do projeto de sandbox tarifário para as distribuidoras da Paraíba e Tocantins. A iniciativa é regulada pela ANEEL por meio do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. O projeto "Conta Inteligente" será disponibilizado para 9,8 mil clientes das duas distribuidoras, com dois modelos de tarifas que variam conforme a faixa horária. O sandbox também já está em curso na Energisa Sul-Sudeste desde novembro.

Laboratório de protótipos - A CPFL Energia e a UPF (Universidade de Passo Fundo) inauguraram o Laboratório de Protótipos, espaço voltado à criação de soluções para o setor elétrico. A parceria conta com um investimento total de R\$ 2,9 milhões, que advêm de dois projetos do programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Transição energética - A Solar Americas Capital contratou o financiamento de R\$ 143 milhões com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para acelerar seus investimentos em energia solar no Brasil. Parte dos recursos serão provenientes do Programa Fundo Clima.

MME no Oil & Gas 2025 - O Ministério de Minas e Energia participa, até esta sexta-feira (11), do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia - Oil & Gas 2025. O evento reúne os principais representantes dos setores públicos e privados a fim de debater os rumos do setor energético nacional. Saiba mais [neste link](#).



O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) deverá apresentar um estudo até junho de 2025 sobre novas regras que possam diminuir as interrupções de geração de energia renovável na região. (Valor, ,)

O texto determina a reclusão de dois a oito anos e multa para quem furtar fios ou cabos de energia elétrica ou de telefonia e transferência de informações. (Valor,)

Com desfecho de impasse societário com União no Supremo, empresa quer vender suas ações da estatal nuclear. (Folha de S. Paulo)

Pela decisão, a Eletronuclear terá cinco dias para comprovar que suspendeu o plano de demissões, sob pena de multa diária de R\$ 500. (Valor,)

Valeska Facure, da 8ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, alegou "motivo de foro íntimo" ao se declarar suspeita; o processo foi redistribuído. (Poder 360)

Diretora da Petrobras diz que recuo da cotação da commodity, que caiu ao menor nível em quatro anos, assusta. Redução no preço dos combustíveis entrou no radar da equipe econômica. (O Globo)

Diretora da estatal, Sylvia dos Anjos diz que projetos são resilientes até o preço de US\$ 28 por barril; em uma semana, preço do Brent despencou de US\$ 75 para US\$ 60 na esteira das tarifas de Trump.

(Estadão)

Objetivo é criar novas barreiras para uma evasão tributária estimada em R\$ 26 bilhões por ano.
(Valor)

Líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas Fernandes preside frente parlamentar sobre o tema.
(Folha de S. Paulo)

Segundo CEO, não há um negociador único do outro lado; empresa segue aberta a ofertas.
(Estadão)

Entidade diz que 27 países leiloarão áreas este ano, apesar de alertas sobre emergência climática.
(Folha de S. Paulo)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviços da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

